

REFLEXÕES SOBRE “A NOVA HISTÓRIA INDÍGENA” E A HISTÓRIA AMBIENTAL XOKÓ DA ILHA DE SÃO PEDRO/CAIÇARA, SEMIÁRIDO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO (1970–1990)

Reflections on “the new indigenous history” and the environmental history of the Xokó people of São Pedro Island/Caiçara, semi-arid region of the upper hinterland of Sergipe (1970–1990)

Ivanilson Martins dos Santos Xokó*

Recebido em: 13/09/2025

Aprovado em: 17/11/2025

Resumo: A história indígena do Nordeste do Brasil é um simbolismo de luta e (re)existência. Isso porque sempre lutamos para manter esse espaço ancestral, que, por muito tempo, foi e ainda é desejado por latifundiários do sertão nordestino. A história Xokó, por exemplo, é sinônimo de um processo histórico violento que se iniciou no período colonial (meados do século XVII) e, atualmente, de vitória pós-retomada (década de 1990) — Decreto n.º 401, de 24 de dezembro de 1991 —, o qual homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Ilha de São Pedro/Caiçara, no estado de Sergipe, para o usufruto do povo Xokó. À vista disso, o objetivo do artigo é realizar um recorte mais recente e mostrar como se deu esse processo histórico de luta pelo qual passamos das décadas de 1970 até 1990, a fim de ratificar o espaço territorial de ancestralidade Xokó. Explicamos, mediante a metodologia de Longa Duração (Braudel, 2009), da Antropologia Histórica (Oliveira; Quintero, 2020), da História Indígena (Xokó, 2024a) e análises bibliográficas de debates atuais da História Ambiental

* Indígena pertencente à etnia Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara–SE. Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Este artigo, agora revisado e atualizado, foi escrito para a disciplina ministrada pelo professor Dr. Edson Hely Silva, “Os Indígenas na História do Semiárido Nordestino”, no programa de pós-graduação em História da UFRPE, em dezembro de 2024. E-mail: ivanilsonmartins762@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2085-3020>.

(Pádua, 2010), da “Nova História Indígena” (Monteiro, 1995; 2001; Almeida, 2017; Dantas, 2022; Silva, 2017) e, sobretudo, da História Oral, quais estratégias foram utilizadas pelos Xokó na luta pela sobrevivência no semiárido sergipano, de modo a reconquistar o território Ilha/Caiçara, enfrentando os grandes do sertão, reafirmando-se enquanto indígenas do passado e do presente, e recuperando o território Caiçara no alto sertão do município de Porto da Folha, Sergipe.

Palavras-chave: História indígena; Nordeste brasileiro; Xokó da Ilha/Caiçara–SE.

Abstract: The indigenous history of Northeast Brazil is a symbol of struggle and (re)existence. This is because we have always fought to maintain this ancestral space, which, for a long time, was and still is coveted by large landowners in the northeastern hinterland. The history of the Xokó, for example, is synonymous with a violent historical process that began in the colonial period (mid-17th century) and, currently, with a post-retaking victory (1990s) — Decree No. 401, of December 24, 1991 —, which ratified the administrative demarcation of the Indigenous Land Ilha de São Pedro/Caiçara, in the State of Sergipe, for the use of the Xokó people. In view of this, the objective of this article is to present a more recent overview and show how this historical process of struggle unfolded from the 1970s to the 1990s, in order to ratify the ancestral territorial space of the Xokó. Thus, using the methodology of Long Duration (Braudel, 2009), Historical Anthropology (Oliveira; Quintero, 2020), Indigenous History (Xokó, 2024a), and bibliographical analyses of current debates in Environmental History (Pádua, 2010), the “New Indigenous History” (Monteiro, 1995; 2001; Almeida, 2017; Dantas, 2022; Silva, 2017), and, above all, Oral History, we explain which strategies were used by the Xokó in the struggle for survival in the semi-arid region of Sergipe, in order to reclaim the Ilha/Caiçara territory, confronting the powerful figures of the backlands, reaffirming themselves as indigenous people of the past and present, and recovering the Caiçara territory in the upper backlands of the municipality of Porto da Folha, in the state of Sergipe.

Keywords: Indigenous history; Brazilian Northeast; Xokó da Ilha/Caiçara–SE.



UMA INTRODUÇÃO: CRÍTICA CONSTRUTIVA À “NOVA HISTÓRIA INDÍGENA”

| 206

Ao (re)escrever a História do Brasil, “passaram a considerar uma nova forma de conceber a História no presente, considerando-nos como sujeitos históricos ativos, negociantes das estratégias de (re)existência frente ao processo colonial, à colonialidade, à escrita eurocêntrica, racista e hegemônica” (Ivanilson Martins Xokó, 2024a, p. 49).

Analizando a epígrafe acima, salientamos que a História e, atualmente, a “Nova História Indígena” têm enfrentado mudanças significativas nos últimos anos. Isso porque, a partir da década de 1970, por exemplo, com a institucionalização das universidades, os historiadores se dedicaram a diversos campos de conhecimento para refletir sobre os sujeitos históricos considerados pela historiografia oficial sem história e sem importância para a escrita acadêmica da história brasileira. Conforme disse a parenta historiadora indígena Juciene Cardoso Tarairiú, “durante muito tempo, a produção historiográfica esteve marcada pelo predomínio de trabalhos que privilegiavam as grandes narrativas dos grandes vultos nacionais e grandes acontecimentos” (Tarairiú, 2005, p. 17). Prova disso é que, até a década de 1980, alguns abandonos generalizantes e reorientações teóricas levaram-nos a repensar as sociedades “subalternas” e colonizadas. Entre estes, os povos indígenas – incluindo os dos sertões do rio São Francisco, como os Xokó, que buscaram o seu reconhecimento oficial identitário junto ao Estado brasileiro (Xokó, 2024a; Tarairiú, 2005; Almeida, 2017; Dantas, 2022; Monteiro, 1995; 2001).

Mediante compreensão de interdisciplinaridade, a Nova História, em conjunto com outras áreas do conhecimento — Antropologia, Arqueologia, Geografia e, mais recentemente, a História Ambiental —, buscou e busca, mesmo que ainda lentamente, estudar as relações humanas com o meio ambiente em que vivem e suas conexões com os espaços territoriais, percebendo os povos indígenas em seus contextos e processos históricos mais amplos, entendendo, assim, suas



relações socioambientais — os povos indígenas, nessa perspectiva, passam a ser reconhecidos como protagonistas e agentes da sua própria história (Tarairiú, 2005; Monteiro, 1995; 2001; Almeida, 2017; Dantas, 2022; Silva, 2017; Costa e Silva, 2019).

Ademais, hoje em dia, a História indígena está explorando novos caminhos epistemológicos, e os intelectuais indígenas, incluindo historiadores indígenas¹, estão assumindo a escrita acadêmica que, até meados do século XX (década de 1980), era realizada, em sua maioria, por intelectuais da História e da Antropologia, ou seja, por não-indígenas². Além disso, “as pesquisas dos últimos anos, no campo da história e da antropologia, revelam que cada grupo indígena possuía um caráter étnico de posicionamento frente ao não-indígena” (Tarairiú, 2005, p. 22), desde o período colonial, evidenciando suas posições de interesse frente ao colonizador.

Nessa perspectiva, a parenta Adriana Kaingang salientou que os pesquisadores indígenas “deixam bem demarcados os espaços de suas pesquisas,

¹ Vejam, escrevi um conceito que pode ajudar a entender essa terminologia. Explico: “A terminologia ‘intelectualidade indígena’ não está sendo usada em seu sentido ocidental, ou seja, aquela que detém o ‘domínio’ da escrita acadêmica. Seu sentido aqui empregado refere-se às práticas de intelectuais indígenas presentes nas defesas dos territórios tradicionais, com destaque à oralidade, à cosmologia e à epistemologia ancestral, individual e coletiva dos sujeitos históricos e decoloniais. Como afirma o intelectual palestino Edward Wadie Said, ‘os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão’ (Said, 2005, p. 25), assim como fazem os ativistas indígenas que denunciam crimes e defendem nossos direitos identitários, territoriais e constitucionais. No entanto, a condição de ser um intelectual indígena implica lutar por ações acadêmicas, políticas, sociais e culturais todos os dias. Ultrapassa, pois, as questões de identidade e de direitos” (Xokó, 2024a, p. 41).

² No dia 3 de dezembro de 2025, o Centro de Estudos Mesoamericanos, Amazônicos e Andinos, vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (DH/FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) (CEMAA/USP), publicou um estudo, disponível no link abaixo, mostrando um aumento significativo da “presença de pesquisadoras e pesquisadores indígenas no campo da História”. De acordo com o CEMAA, o levantamento mapeou teses e dissertações de autoria indígena, sendo inicialmente encontrados “122 trabalhos, de 36 universidades e 88 pesquisadores(as) de 47 etnias diferentes”. Assim, “esse levantamento visa dar visibilidade, fortalecer redes e valorizar os pesquisadores indígenas no Brasil”. Portanto, os números mostram que os pesquisadores indígenas estão cada vez mais nas universidades e entrando no campo da pesquisa histórica e escrita acadêmica. Disponível em: <https://cema.webhostusp.sti.usp.br/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2025.

pois valorizamos muito a oralidade do nosso povo e a memória dos nossos troncos velhos³” (Kaingang, 2023, p. 39). Reverberando esse sentido, é importante a afirmação da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p. 18), ao destacar que se incluíram, “cada vez mais, os povos indígenas, cujo protagonismo, no entanto, passou a ser mais valorizado pelos historiadores”, desfazendo narrativas interpretativas de processos históricos que nada contribuem para as realidades desses sujeitos no passado e no tempo presente. No entanto, mesmo com “abertura às diferentes fontes históricas, ao método narrativo dos acontecimentos, à proposta de pesquisa de longa duração e a abordagens de novos objetos, especialmente no campo da História Cultural” (Tarairiú, 2005, p. 19), os povos indígenas continuaram e continuam sendo abordados de formas secundárias e como objetos passivos de pesquisas.

Além disso, o historiador John Manuel Monteiro havia alertado que o “maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia brasileira parece residir na resistência dos historiadores” (Monteiro, 2001, p. 2; 1995; Silva e Benites, 2023; Dantas, 2022, p. 329–330). Visualizamos, após esse alerta do pesquisador, algumas mudanças perceptíveis na escrita da História Indígena, que, epistemologicamente, vem se reinventando, principalmente com uma perspectiva interdisciplinar. O parente Felipe Tuxá também contribuiu com essa abordagem, alinhada ao campo da antropologia. Assim, ressaltou o parente: “os intelectuais indígenas podem contribuir para a produção antropológica [e histórica], por outro lado, a dimensão política é inerente à entrada em um campo de disputas, de sujeitos que foram, no passado, meros objetos de pesquisa” (Tuxá, 2023, p. 62). Apesar dos avanços, ainda é possível visualizar pesquisas no campo da temática indígena distantes das realidades urgentes dos territórios. Ou seja, ainda tratadas como meros objetos epistemológicos.

³ Os “troncos velhos” são os anciãos das aldeias indígenas com maior tempo de experiência de vida. São detentores da história, memórias e conhecimentos ancestrais do seu/nosso povo.

Aprofundando essa discussão, uma questão de suma importância foi levantada pela historiadora Vania Moreira, ao resenhar o livro/coletânea “Genocídio Indígena e Políticas Integracionistas: Demarcando a Escrita no Campo da Memória”, com artigos, em sua totalidade, escritos por intelectuais indígenas. Ela refletiu sobre a importância de repensar outros *habitus* no processo de construção do conhecimento histórico na atualidade⁴. Assim escreveu a pesquisadora:

Contudo, o campo da História, apesar dos avanços, parece ainda estar (perigosamente) próximo a certos paradigmas racistas adotados pelo modelo de historiografia do século XIX, baseada na divisão intelectual do trabalho científico entre história (nacional/branca/europeia) e etnografia (indígena), uma proposta então abertamente defendida por Francisco Adolfo de Varnhagen e largamente praticada no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB [...]. É importante que o campo repense esse e outros *habitus* e abra-se para um novo regime de alteridade em relação aos indígenas, não apenas capaz de vê-los e ouvi-los nas fontes, mas também de tê-los como parceiros no processo de construção do conhecimento histórico (Moreira, 2024, p. 6).

Recentemente, discutimos o campo da “Nova História Indígena”, com suas contribuições, mas também com suas exceções (problemas) — avanços e, sobretudo, desafios. Expressamos um sentimento de diálogo com tal questão, uma vez que “a concepção de História dos povos indígenas está diretamente relacionada à escrita e ao discurso histórico de (re)existência, o que exige a compreensão de conceitos importantes, como Teoria da História Indígena, Território, Retomada Territorial, Ancestralidade, Direitos, entre outros” (Xokó, 2024a, p. 51). Esses conceitos partem das percepções dos próprios indígenas, a exemplo do conceito de território, como explicou a parenta Kaingang, pois “somos terra, o território é nossa identidade, é o lugar onde se enterram os umbigos de nossas crianças, é o lugar que sabemos para onde iremos quando nossa jornada aqui neste universo se acabar”. Além disso, esse conceito “tem

⁴ Indicamos a leitura dessa obra pela importância do debate intelectual indígena. Cf.: ZELIC, Marcelo; ZEMA, Ana Catarina; MOREIRA, Elaine (Org.). **Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória**. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

várias expressões, que cada indígena compreende a partir de suas vivências e da relação que possui com os seres da mata, com os seres cosmológicos” (ibidem, p. 48), vivenciados tanto dentro quanto fora dos territórios indígenas.

| 210

Na cultura Xokó, esta conexão com a natureza é compreendida, neste contexto, como território, sendo designada como Mãe Terra. Portanto, a História precisa ser (re)escrita e deve caminhar também com foco nas questões do presente — como os processos de retomada territorial, história, memória e identidade indígenas (ancestralidade)⁵. Uma questão importante deve ser considerada nessa perspectiva: “Será que é possível fazer História Indígena no presente sem ter esse olhar sobre o que pensamos, escrevemos, lutamos e sonhamos? A Teoria da História deve abordar esses temas elementares, pois a História nos ensina a caminhar, dialogando com a memória, com as narrativas orais (histórias) dos nossos povos” (Xokó, 2024a, p. 56).

Além disso, o que conceituam de História Oral, nós, povos indígenas, chamamos de conhecimentos ancestrais da oralidade. Dito de outra forma, as narrativas são passadas de geração em geração. Assim explicou o parente Edson Kayapó: “fica evidente que os conhecimentos dos antepassados indígenas, transmitidos pela oralidade, garantem a continuidade das tradições de cada povo, numa relação dinâmica com o tempo presente e com a sociedade do entorno” (Kayapó, 2012, p. 56). Nesse sentido, a parenta historiadora Márcia Mura discorreu:

Por meio da História Oral, é possível recuperar entre nós esse ritual sagrado da memória, presente nos cantos que fluem das memórias subterrâneas, nos puxiruns que renovam as relações ao plantar a roça, nas ladainhas remetendo-se ao latim trazido aos antepassados por

⁵ Nesse sentido, “Ancestralidade é conceitualmente a ligação intrínseca e extrínseca das recordações (memórias) das nossas experiências de lutas e identidades [...] pode ser entendida como um sentimento profundo que nos impulsiona a nos encontrar como indivíduos históricos através das memórias e das histórias para serem contadas, recontadas [...] ela não é sinônimo de passado. Ela é presente porque convivemos intensamente com ela e para ela”. Cf.: XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **Por uma escrita decolonial da História: intelectuais indígenas e práticas de pesquisa no tempo presente**. In.: MACEDO, Michelle Reis. Povos indígenas no Brasil republicano: por uma outra narrativa da história. Curitiba: CRV, 2024a, p. 55.

quem se chora, e nos tantos sentidos espirituais dados ao fazer do dia a dia. Nós, também da História Oral, temos o privilégio de viver entre o passado e o presente, e, no meu caso, reconstruir a minha própria memória indígena inserida nas tradições, nas vivências com as comunidades afetivas de que faço parte (Mura, 2016, p. 32).

| 211

Percebemos, através da narrativa da parenta, que a oralidade é vista como essencial para a afirmação da identidade e para a reconstrução da história indígena, ou seja, do seu povo. Por outro lado, ressaltamos o que escreveu John Manuel Monteiro, ao enfatizar que uma problemática do processo de revitalização étnica, pelas lideranças do movimento indígena, de “uma cultura e uma história autêntica”, deve ser tratada com bastante cuidado, porque entendemos que a “Nova História Indígena” busca aliar os estudos antropológicos aos fragmentos dos documentos dos arquivos históricos e a uma História indígena interdisciplinar, para desfazer equívocos e preconceitos do passado e do tempo presente (Monteiro, 1999; 2001). Foi o que ressaltou, numa interpretação ampliada, a parenta Kaingang, Adriana. Parafraseando-a, a nova História Indígena inter-relaciona e interpreta os processos históricos experienciados pelos povos indígenas ao longo do tempo e em diferentes espaços territoriais (cf.: Kaingang, 2023, p. 42).

Assim sendo, a parenta Márcia Mura, ao relatar sobre as experiências das indígenas mulheres na pesquisa de doutorado no contexto da Amazônia, principalmente na retirada da Seringueira, reverbera esse sentido da importância dos espaços territoriais. Assim, salientou que as experiências “ligadas às atividades de corte de seringa, coleta de castanha, plantação de roça e demais atividades de autossustentação, educação dos filhos, modos de fazer, experiências na floresta e nos rios [demarcam] a luta pelos seus territórios culturais” [e seus interesses e disputas nos espaços socioambientais] (Mura, 2016, p. 36). Portanto, deve-se considerar as narrativas orais indígenas a fim de contribuir com as interpretações para o pensamento da história atual na luta pelo reconhecimento identitário e territorial de direitos ancestrais, incluindo também os povos indígenas em retomadas, pois a história não é construída apenas por meio das



vivências das relações sociais registradas nos documentos subjetivos do passado, mas, acima de tudo, pelas indagações e questões propostas pelo tempo presente.

| 212

Nessa perspectiva, o campo da História indígena pode apresentar “um roteiro bastante atraente para explorações em histórias nativas, colocadas de forma instigante no plural” (Monteiro, 1999, p. 238–243). Portanto, essas e outras questões precisam ser reavaliadas para evitar a reprodução de uma história colonialista, hegemônica e de poder. Todavia, não reivindicamos uma escrita única da História indígena para reescrever essa História no Brasil, até porque os intelectuais não-indígenas escrevem sobre os povos indígenas na História, enquanto nós, pesquisadores indígenas, escrevemos sobre a História indígena no campo da pesquisa histórica como forma de contribuir com os territórios e identidades, uma vez que ambos se complementam. Não há como negar os avanços da disciplina histórica no campo da pesquisa sobre os povos indígenas na História, mas também não podemos negar que a presença de intelectuais indígenas nesses espaços é mínima, quando comparada à de não-indígenas. Pois, apesar dos avanços da “Nova História Indígena”, “as narrativas legitimadas na academia ainda são escritas por pesquisadores não-indígenas” (Xokó, 2024a, p. 50).

Sendo assim, lembremos que, a partir da década de 1990, há uma crescente publicação acadêmica sobre os povos indígenas no período colonial, no Brasil imperial e, em menor alcance, sobre o Brasil republicano, ou seja, sobre os povos indígenas do presente: TCCs, artigos, coletâneas, dissertações e teses de doutorado são alguns dos trabalhos que encontramos nos bancos de repositórios de universidades brasileiras, nos diversos campos das Ciências Humanas e Sociais (cf.: Silva; Benites, 2023, p. 13). Tudo isso se deve à prática de historiadores e antropólogos que dialogaram e “conjugam os instrumentais teóricos, conceituais e metodológicos das suas disciplinas para analisar diferentes tipos de fontes” (Almeida, 2019, p. 113; cf. Monteiro, 2001, p. 5-7; 1995). As análises interdisciplinares, portanto, complementam interpretações históricas,

sociais e culturais dos sujeitos coletivos, a fim de compreender seus processos mais amplos, a exemplo das situações coloniais dos povos indígenas. Dessa forma, “aprendemos, então, a esta necessidade imperiosa de considerar a situação colonial como um complexo, uma totalidade” (Balandier, 2014, p. 42), que, portanto, pode ser revista na escrita historiográfica, como indicamos nas entrelinhas, aliadas aos historiadores indígenas contemporâneos.

Considerando esse complexo da situação colonial para refletir os processos históricos, Fernand Braudel, historiador francês, formulou a teoria da longa duração com a estratégia de explicar contextos históricos mais amplos a fim de responder a questões do presente. Assim, “essa estrada essencial da história, não a única, mas que coloca por si só todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas” (Braudel, 2009, p. 8). Além disso, permite um diálogo mais amplo entre as ciências sociais e humanas. Aproximando, então, o diálogo entre o campo da História e da Antropologia: foi o que Josep Fontana, historiador espanhol, conceituou de “‘antropologia histórica’, quando se utiliza servilmente a utensilhagem teórica dessa disciplina para a investigação dos fatos históricos, ou faz-se ‘história antropológica’, utilizando ferramentas emprestadas para um trabalho eminentemente histórico” (Fontana, 1998, p. 183). É amplamente reconhecido que, no contexto das investigações históricas envolvendo os povos indígenas, essa perspectiva é essencial para compreender os processos históricos, culturais e sociais indígenas, tanto no passado quanto no presente, especialmente em virtude de nossa condição de indígenas contemporâneos das ancestralidades encantadas.

Dialogando com a proposta da “Nova História Indígena”, entendemos que a antropologia histórica é uma prática de pesquisa que visa, também, aperfeiçoar o entendimento dos sujeitos históricos, de suas práticas culturais e sociais, ao longo do tempo – processo históricos. Além disso, “as relações teórico-metodológicas entre história e antropologia são parte de uma tradição de debates bastante profícua e longa dos fins do século XIX ao XX” (Santos, 2010, p. 206).

No entanto, no Brasil, a sua prática é recente entre os historiadores, uso esse que vem ocorrendo com bastante frequência nas pesquisas sobre processos históricos e culturais dos povos indígenas, principalmente no Nordeste. A parenta Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú salientou que foi mediante a interdisciplinaridade da antropologia histórica, “pela valorização dos ‘povos sem história’ (excluídos dos discursos históricos, como os indígenas) [...], pelas concepções de resistência social” (Tarairiú, 2005, p. 19), que houve o retorno do político aos povos indígenas no discurso da História. Assim, como contribui a parenta Diadiney Pataxó, “a Antropologia pode proporcionar maior capacidade de reflexão ao historiador” (Pataxó, 2018, p. 17).

Nesse sentido, ampliando esse entendimento e baseando-se em reflexões de Comaroff (1992), João Pacheco de Oliveira e Pablo Quintero explicam que a antropologia histórica,

tal como pensada por diversas/os autoras/es, configura-se como um campo de estudos aberto a novos temas, métodos de investigação e protocolos de conhecimento. No caso específico dos povos indígenas, tal abordagem pretende contribuir para a visibilização e o protagonismo desses povos como atores políticos e sociais dentro de situações históricas específicas, em um movimento analítico no qual a consideração da cultura não implica o abandono da historicidade nem a omissão da reflexividade. Esse modo de pesquisa sobre – e com! – os povos indígenas acarretam o duplo movimento epistemológico de considerar o passado como um problema etnográfico ao mesmo tempo que analisa o presente como um problema histórico (Oliveira; Quintero, 2020, p. 16-17).

Essas novas perspectivas teóricas, metodológicas e conceituais da história e da antropologia complementam historicamente “os significados distintos conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais em contato” (Almeida, 2009, p. 213). O tempo histórico provoca reflexões sobre a evolução da humanidade e a sua relação com a natureza, bem como as influências ambientais e históricas de longa duração sobre a compreensão do passado. Sobre essa última perspectiva, a história ambiental começou a estruturar-se no início da década de 1970, numa abordagem interdisciplinar e historiográfica, que vem buscando entender a relação natureza/história humana, apresentando “reflexões históricas sobre as

consequências ambientais do agir humano” (Pádua, 2010, p. 84). Daí o nosso interesse em estudar as contribuições da História Ambiental em relação aos processos de luta pelo espaço ancestral dos povos indígenas e as suas consequências socioambientais nos territórios imemoriais dos antigos aldeamentos coloniais, reivindicados como garantias de direitos e afirmação de identidades nos séculos XX e XXI (Xokó, 2024b).

Sobre essa perspectiva de análise e reflexão, pensando nos povos indígenas do Nordeste, o historiador Edson Hely Silva propõe ampliar o entendimento da “História Ambiental para uma História Ambiental indígena no Semiárido”, e, além disso, busca estabelecer:

[As] relações entre os indígenas e as condições de vida no Ambiente onde habitam, ou seja, contribuindo para discussões na perspectiva histórica que evidenciem as relações de poder, nos acessos, utilizações e os significados dos recursos naturais para os povos indígenas. Nessa proposta de abordagem, [privilegia] os grupos socialmente excluídos – no caso, os indígenas – nas suas interações com o Ambiente, o Semiárido nordestino” (Silva, 2017a, p. 262).

Portanto, como podemos perceber nessa introdução, os historiadores têm buscado metodologias que permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo” (Pádua, 2010, p. 88). A História Ambiental é um complemento interdisciplinar da pesquisa histórica que busca compreender os espaços territoriais e suas conexões com o meio ambiente, uma vez que compreendemos os povos indígenas como parte da natureza, e a história ambiental interage com essas dimensões ao longo do tempo e no presente. Assim sendo, fazemos as seguintes perguntas: como os povos indígenas se reinventam para viver e sobreviver nesses espaços? Desde o período colonial, com a invasão ao sertão nordestino, há registros de conflitos com os latifundiários. Como foram esses conflitos? Quais são as estratégias de sobrevivência nesses espaços? Como os indígenas lidaram e lidam com o semiárido durante longos períodos de seca? São algumas perguntas que tentamos responder no decorrer desse artigo, evidenciando os Xokó enquanto sujeitos protagonistas “da e na História” do

semiárido do sertão de Porto da Folha, estado de Sergipe (cf.: Silva; Benites, 2023, p. 211).

| 216

Adiantamos que os povos indígenas, entre esses, os Xokó, no semiárido⁶ do sertão do Nordeste do Brasil, eram considerados como extintos até a década de 1970 — afirmando a indianidade com base nos direitos ancestrais, processos de reconstrução identitária e reinvenção das tradições no território ancestral do antigo aldeamento de São Pedro de Porto da Folha —, construído desde meados do século XVII. A reinvenção das tradições é um conceito que amplia o que Eric Hobsbawm, historiador marxista, chama de “tradição inventada”, sendo um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 1997, p. 9). Em outras palavras, uma continuidade reinventada que, segundo nossa compreensão, ocorre dentro das transformações nos processos históricos desses sujeitos.

Além disso, a reinvenção das tradições não é tida, aqui, como algo negativo, mas sim como um sentido positivo e dinâmico ao conceito de cultura, que não é estática, principalmente considerando os povos indígenas do Nordeste. O conceito de “índios misturados” e o de territorialidade, acionados pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, reverberam essa explicação⁷. A “noção dos direitos indígenas enquanto direitos históricos — sobretudo territoriais — que estimulou importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo

⁶ “O Semiárido brasileiro é uma região caracterizada por elevadas temperaturas - temperaturas médias anuais de 23 °C a 27 °C - e pela irregularidade no regime pluviométrico, com concentração de chuvas nos quatro primeiros meses do ano” (Angelotti; Sá; Petrere, 2009, p. 11).

⁷ Importante fazer a leitura do texto: OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In: _____. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

menos, dos seus defensores” (Monteiro, 2001, p. 5), foi de suma importância para reafirmar esses espaços de luta e de direito, sobretudo dos territórios antigos aldeamentos coloniais indígenas. Um bom exemplo ocorreu com a reconquista das terras Xokó, em meados do século XX (a partir de 1978). Afinal, esses espaços territoriais e as relações com o meio em que vivem, “em vez de apagar as identidades indígenas, contribuíram para reconstruí-las e, em parte, reforçá-las” (Almeida, 2009, p. 225), enquanto sujeitos etnicamente diferentes.

Nessa perspectiva, Edson Silva explica que as “questões socioculturais e ambientais, para entender como a natureza foi/é apropriada pelos humanos, as formas e os processos de construção e reconstrução do ambiente natural e como o ser humano interfere nesse ambiente e o ambiente afeta a vida sociocultural” (Silva, 2017b, p. 132) devem ser levadas em consideração, principalmente com a finalidade de entender os processos históricos mais amplos sobre os povos indígenas do Nordeste, analisando seu passado e presente, como ponderou Georges Balandier: “todo o estudo atual sobre as sociedades colonizadas, que visa a um conhecimento da realidade presente e não a uma reconstituição de caráter histórico, que não sacrifica a especificidade em prol da comodidade de uma esquematização dogmática, só pode ser feito pela referência a este complexo que nomeamos situação colonial” (Balandier, 2014, p. 34). À vista disso, buscamos considerar a situação colonial Xokó, a longa duração proposta por Fernand Braudel e as explicações sobre a história ambiental, nas exposições do professor Edson Silva e de José Augusto Pádua, entre outros, para fundamentar o que discorreremos a seguir.

ESTRATÉGIAS E SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO: REFLEXÃO A PARTIR DA LONGA DURAÇÃO DE FERNAND BRAUDEL ÀS (RE)EXISTÊNCIAS XOKÓ

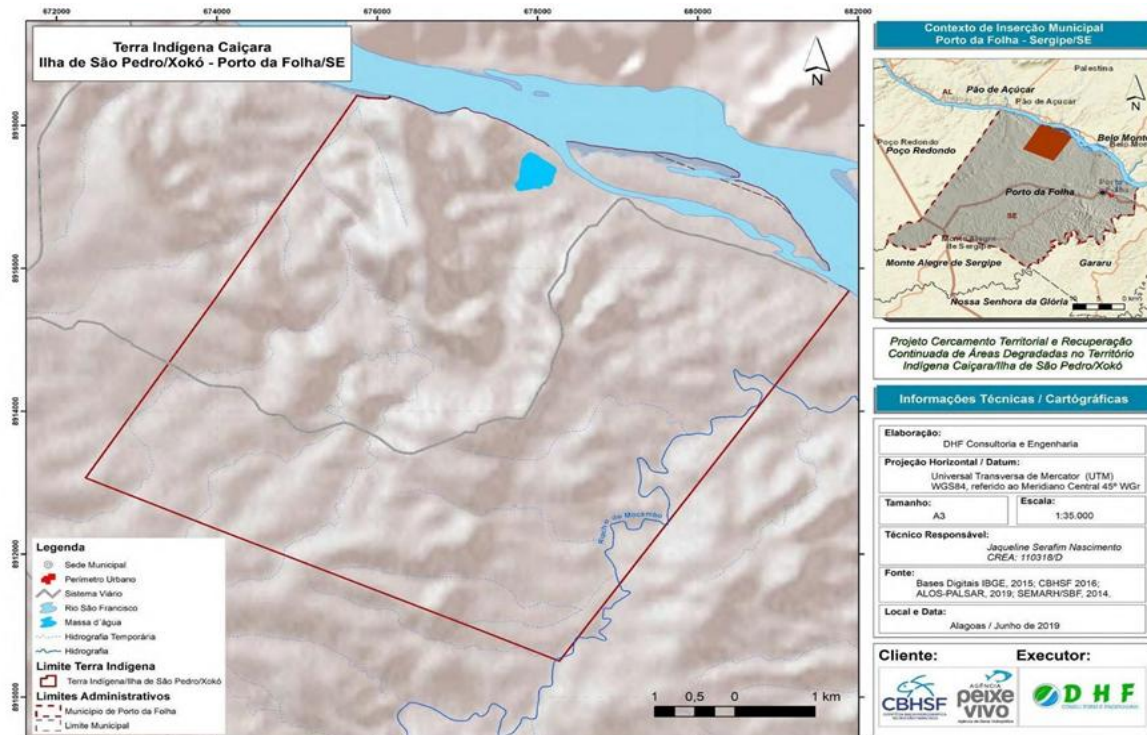
O território Ilha de São Pedro/Caiçara (mapa 1), ocupado tradicionalmente pelo povo indígena Xokó, está localizado no município de Porto



da Folha, no semiárido, no bioma da Caatinga⁸, no alto sertão da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no estado de Sergipe.

Mapa 1: Território Xokó – Ilha de São Pedro/Caiçara, Porto da Folha/SE.

| 218



Fonte: (Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo / Agência Peixe Vivo. MG, 2020)⁹.

O mapa acima mostra a localização territorial Xokó que habitamos desde a época colonial; os primeiros registros encontram-se em documentos históricos datados, pelo menos, do século XVII (Almeida; Modercin, 2015). O semiárido “ocupa uma área de 982.563 km², estendendo-se desde o litoral norte, no Ceará

⁸ “O Bioma Caatinga é o ecossistema predominante na região semiárida. Sua vegetação é composta, principalmente, por arbustos e arvoredos, abrigando espécies com grande valor científico” (Angelotti; Sá; Petrerre, 2009, p. 11).

⁹ **Contratação de pessoa jurídica para Execução de Recuperação de Áreas Degradadas no Território Indígena Caiçara e Ilha de São Pedro, Povo Xokó, no Município de Porto da Folha, Sergipe**. Contrato de Gestão n.º 014/2010 - Ato Convocatório n.º 009/2020. Agência de Bacia Hidrográfica. Horizonte-MG, 2020. Disponível em: https://siga.cbhsaofrancisco.org.br/sigasf/download/documento/428_1b87ffd8-65d2-48cf-a7bf-2f685373fa1d.pdf. Acesso em: 16 de dezembro de 2025.

e no Rio Grande do Norte, até o norte de Minas Gerais, incluindo os estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Alagoas e Sergipe” (Angelotti; Sá; Petrere, 2009, p. 11). Portanto, o território do povo Xokó está inserido nesse contexto, fazendo parte do estado de Sergipe, integrando uma região territorial “constituída por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha” (Santos Júnior, 2016, p. 190). Esses municípios estão enquadrados no semiárido de Sergipe devido à vegetação composta por árvores espinhosas e arbustos, à baixa umidade, aos longos períodos de seca e às chuvas irregulares, como já indicamos anteriormente.

Apesar dessas características, foram territórios disputados desde o período colonial, como espaço geográfico de Porto da Folha-SE, “marcado pelos grandes latifúndios e pelo abandono do poder” (Pataxó, 2018, p. 77). A historiadora e geógrafa Sheyla Farias Silva afirma que “por essa época, os sertões tinham se tornado o território de indígenas e escravizados fugidos dos tentáculos da colonização portuguesa” (Silva, 2022, p. 68). Importante ressaltar que, historicamente, nós, povos indígenas, sempre remetemos ao passado para entender o presente. A ancestralidade indígena não é desconectada desse passado/presente. Essa relação explica parte das retomadas ao longo do tempo, como, por exemplo, as retomadas identitárias, sociais, culturais, políticas e, principalmente, territoriais. Assim, a volta ao período colonial é justificativa da escrita intelectual indígena e das lutas reivindicatórias do tempo presente. Portanto, foi reverberando esse sentido que o historiador Fernand Braudel explicou os contextos históricos mais longos e suas relações com o tempo presente para explicar sociedades complexas (cf.: Braudel, 2009, p. 76). É o que faremos neste tópico para entender as retomadas Xokó, sobretudo do século XX, ou seja, a partir da década de 1970.

Voltemos primeiramente ao período colonial, no século XVII, para explicar que os primeiros registros históricos que descrevem a situação colonial

dos territórios dos aldeamentos de Sergipe, principalmente na região de Pacatuba e São Pedro de Porto da Folha, tratavam de diversas etnias que transitavam nesse espaço geográfico e territorial. A saber: Xokó, Caxagó, Karapotó, Natu, Aramurus, Romaris, Uruma e Fulniô, no contexto das missões católicas, ocorridas até meados do século XIX, com o objetivo de colonizar esses indígenas e formar núcleos urbanos, visando também à mistura étnica, à mão de obra indígena e à formação de fiéis para o projeto de evangelização colonial. Na documentação desse período histórico, há registros dos Xokó em outros espaços geográficos do Nordeste, a exemplo do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe (Xokó, 2024b; Dantas, 1980). Esses deslocamentos, muitas vezes, ocorriam por diversas situações, entre as quais se destacavam as estratégias de resistência ao processo colonial e as alianças com os portugueses, o que evidencia o processo de agência e protagonismo “em face da colonização portuguesa no Brasil no período colonial” (Silva; Benites, 2023, p. 211).

Nesse sentido, é visível a relação de interesse entre o colonizador e os povos indígenas ao longo do tempo. Daí a importância de estudar os processos históricos, a fim de evitar equívocos e estereótipos na atualidade.

No século XVIII, as terras sergipanas ainda eram “doadas” pelo sistema de capitanias hereditárias e divididas em sesmarias — partes menores. No sertão de Porto da Folha, Pedro Gomes, instituidor do morgado, recebeu grandes parcelas de terras pertencentes aos indígenas do sertão. Esses, por sua vez, entraram em conflitos com os holandeses que invadiram a capitania de Sergipe del-Rei desde 1637. O instituidor, preocupado com essas invasões constantes, recorreu aos Aramurus, que o ajudaram a expulsar os holandeses de Porto da Folha. Assim, os Aramurus foram “beneficiados” com parcelas de terras para a construção de uma igreja que, a partir de 1671, passou a ser sede do aldeamento São Pedro na Ilha, às margens do rio São Francisco, no lado sergipano, à época em que o frei Anastácio de Audierne foi administrador leigo da Igreja Católica nesse período (Santos, 2024b; Santos Junior, 2016, p. 111; Siqueira, 2016; Antonio, 2011).

Importante salientar que nesse território, até o período republicano (século XX), houve espaço de conflito, disputa e poder entre a Igreja Católica (implantação de seu projeto colonial), os latifundiários (fazendeiros influentes do sertão do São Francisco que cobiçavam as terras dos antigos aldeamentos) e os povos indígenas (a exemplo dos Xokó, que lutavam e resistiam às investidas destes para continuar na Caiçara, com apoio de aliados).

Dentro desse recorte temporal, o território Xokó era visto pelos colonizadores como propício à criação de gado, cavalos, plantações de arroz e à criação de peixes nas lagoas. “Além da localização estratégica em relação a um sistema de navegação em crescente dinamismo, tal escolha sugere o aproveitamento de um ambiente do semiárido sergipano formado pelo domínio natural da Caatinga” (Santos Junior, 2016, p. 110), que, para nós Xokó, é característica dessa região semiárida e constitui um espaço de (re)existência; ela representa a força de sobrevivência diante do que passamos e simboliza, mesmo com suas características de seca, a sabedoria em seus tempos de floradas — o Toré é o que o diga: “eu sou pereiro, balanço e não caio” (Toré Xokó), uma manifestação cultural dos povos indígenas do Nordeste do Brasil que representa a força da espiritualidade e da ancestralidade por meio dos cantos sagrados de cada povo. É cantado e entoado, marcando a pisada com o som do maracá no chão firme. Cada povo indígena dessa região canta com suas próprias dinâmicas culturais, sendo também um marcador da memória, da história e da identidade indígena de Porto da Folha, estado de Sergipe.

Sobre o sentido da “prosperidade da atividade criatória [...], ao longo das margens do São Francisco, convertendo esses territórios, outrora de resistência dos indígenas e de escravizados fugitivos, em territórios integrados à lógica mercantil metropolitana” (Silva, 2022, p. 72), essas características levaram à declaração da Ilha de São Pedro, no século XIX, como sede do município de Porto da Folha, pelo decreto de 16/08/1832. Em 19/02/1835, foi transferida a sede da Ilha de São Pedro para a povoação Buraco, com a denominação de Nossa Senhora

de Porto da Folha. Outro decreto mostra que, em 23/02/1836, a sede de São Pedro do Porto da Folha foi transferida para uma povoação chamada Curral das Pedras (Brasil, 1874, p. 57-58; IBGE, 2024)¹⁰.

| 222

A escolha da Ilha de São Pedro como sede do município, decerto, teve influência porque era, à época, um aldeamento indígena administrado por um capuchinho e financiado pelo governo da província de Sergipe. O último capuchinho do aldeamento, frei Doroteu de Loreto (1849–1878), tinha o costume de arrendar as terras do aldeamento para latifundiários do sertão de Porto da Folha — recurso que, muitas vezes, não chegava, de fato, aos Xokó e a outros indígenas, como podemos perceber no relato do viajante escocês George Gardner, no semiárido do sertão de Sergipe. Para ele, os indígenas estavam em completa penúria, abandonados, e o aldeamento encontrava-se sem o padre responsável, sendo atendido, nas suas palavras, por um velho indígena da aldeia. Assim escreve:

O velho suspirou ao dizer-me que não vinha longe o dia em que sua raça estaria a extinta ou pelo menos amalgamada com os outros habitantes [...]. Os pobres moradores da ilha estavam também literalmente na mais completa penúria, apenas se alimentando do fruto da *Geoffroya* superba, [Umarizeiro] produto de uma pequena árvore bastante comum no sul da ilha. Chega à altura de quasi vinte pés e dá um fruto polpudo, mais ou menos do tamanho de uma noz, chamado pelos índios umaris [Umarizeiro]. Em quase todas as casas, quer de índios, quer de brasileiros, vi uma grande panela desta fruta em preparação, ou dentro de casa sobre um fogo aceso no chão, ou debaixo de uma árvore nas vizinhanças da casa (Gardner, [1836-1841] 1942, p. 103-105).

Essa condição é bastante contraditória com a política do Império brasileiro para os povos indígenas, pois, conforme salientou o historiador Pedro Abelardo de Santana, os capuchinhos recebiam recursos do Ministério do Império para ajudar no desenvolvimento dos aldeamentos em Sergipe. Em 1849, “chegaram a

¹⁰ Para ler o documento, ver: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1832**. Publicador. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1874, pp. 57-58. Além disso, é importante ver o site: **História Porto da Folha, Sergipe** – SE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/porto-da-folha/historico> . Acesso em: 7 de dezembro de 2024.

trezentos mil réis (300\$000) [...]. No ano de 1868, a catequese continuou com o orçamento das décadas anteriores, mas foram destinados dez contos de réis (10:000\$000) para os gastos com terras públicas e colonização” (Santana, 2015, p. 65). Mesmo sendo valores irrisórios para atender uma população indígena bastante diversificada e com vários problemas de saúde e fome, certamente faria muita diferença; porém, “esse recurso era repassado ao missionário que permaneceu entre os índios de São Pedro do Porto da Folha até o fim da década de 1870” (ibidem).

Portanto, esses recursos não chegavam aos indígenas, que buscavam estratégias de sobrevivência no ambiente natural da caatinga, a fim de suprir suas necessidades e de permanecer no território em disputa, como observou o parente e historiador Wanderley Cardoso Terena: “o contato com o entorno [tem obrigado os povos indígenas] a lutarem pela recuperação de, pelo menos, parte de seu território tradicional, que permita atender suas demandas [...]” (Terena, 2011, p. 66). Inclui-se aí, inclusive, a utilização do território para a coleta de frutas/alimentos para a sobrevivência nesses espaços socioambientais, ou seja, que são as terras indígenas.

No caso especificamente dos Xokó, no tempo da disputa pelo reconhecimento do direito ao território, e com a familiaridade com os recursos naturais do semiárido do sertão, frequentemente se alimentavam de Umari (figura 1), Goiti, Pipa, Jenipapo, Quixaba, Juá, Umbu e outras frutas, além de peixes, que eram abundantes durante as cheias do rio São Francisco. As vazantes tornavam-se férteis para a plantação de milho, feijão, batata, macaxeira etc., e as lagoas ficavam propícias para o cultivo de arroz. A maioria dos sacos de arroz, quando batidos, ficava com o fazendeiro, que vendia a semente para adquirir força de trabalho. Essa situação deu-se com maior intensidade quando João Fernandes de Brito¹¹, a partir do final do Governo Imperial e da atuação da

¹¹ Em nota de rodapé na dissertação de mestrado, escrevi que João Fernandes de Brito é conhecido, “na tradição oral do meu povo Xokó, como coronel João Porfírio de Brito, trata-se,

Câmara Municipal de Porto da Folha, colocou em aforamento, em 1887, as terras Xokó. Em 1897, esse fazendeiro, bastante influente no sertão, já era locatário de três dos cinco lotes de terras da Caiçara, pertencentes aos Xokó (Xokó, 2024b, p. 45-46).

Figura 1: Árvore Marizeiro: usada pelo Xokó para se alimentar com maior frequência no século XIX.



Fonte: (Ivanilson Martins dos Santos Xokó, 31 de dezembro de 2019).

Os arrendamentos das terras da ilha de São Pedro foram motivo para que uma parte dos Xokó, em 1896, buscasse apoio junto aos Kariri em Porto Real do Colégio, em Alagoas, pois não aceitavam a negação da identidade indígena por parte do coronel, que ameaçava com mortes, expulsão, pisa (surra, bater) e outras barbaridades relatadas na oralidade Xokó. Os Xokó que permaneceram na

pois, do mesmo personagem histórico. Ele se apropriou indevidamente, desde meados do século XIX, do nosso território indígena: a Caiçara, e faleceu em 1916. Um segundo nome que também aparece na documentação pesquisada é o de João Fernandes de Brito, que nasceu no dia 11 de fevereiro de 1910, é neto do coronel João Porfírio de Brito, filho de João Fernandes de Seixas Brito (que é filho de João Porfírio) e de Maria da Glória de Seixas Brito. O coronel João Fernandes de Brito (João Porfírio de Brito) foi o que mais maltratou o meu povo Xokó” (Xokó, 2024b, p. 45-46).

Caiçara silenciaram sua identidade para, mesmo diante desse processo de violência e escravidão, continuarem nas terras e lutarem por elas, o que se concretizou no século XX, na década de 1970, vivendo na Caiçara como caboclos (Xokó, 2024b, p. 139). Essa terminologia passou a ser utilizada pelos próprios Xokó e foi incorporada como forma de reivindicação do espaço territorial no século XX. Ou seja, os caboclos da Caiçara são os indígenas Xokó em sua dinâmica de processo histórico e em sua cultura contemporânea.

PROTAGONISMO XOKÓ NA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA CAIÇARA: UMA ANÁLISE SUCINTA DOS FATOS HISTÓRICOS

Durante o século XX, especificamente na década de 1970, em meio à Ditadura Militar (1964–1985), os povos indígenas do Brasil começaram a se organizar em um movimento social e político para lutar estrategicamente contra uma política de extermínio às invasões das terras indígenas e, sobretudo, pelo reconhecimento de direitos históricos (ancestrais), sociais, culturais e identitários negados pelo governo brasileiro. Crescem os apoios de aliados para lutar contra um Estado autoritário. O povo Xokó, por exemplo, com ajuda de intelectuais sergipanos, da Igreja Católica ligada à Diocese de Propriá, que se fundamentava na Teologia da Libertação, do Sindicato Rural de Porto da Folha e da Universidade Federal de Sergipe, ganha notoriedade na imprensa estadual, nacional e internacional sobre a luta e resistência pela retomada do território indígena Caiçara, que pertence ao Xokó, desde pelo menos o século XVII, considerando-se a grafia étnica encontrada nos documentos históricos coloniais (Dantas, 1980; Santos Junior, 2016; Xokó, 2024b).

Como afirmado pelo geógrafo Avelar Araújo Santos Junior:

Foram nessas circunstâncias de ampliação da representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sertão de Sergipe que, em 1972, o então bispo da diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro, ampliou a atuação no baixo São Francisco da “Igreja dos Pobres”

abalizada pela doutrina humanista da Teologia da Libertação (Santos Junior, 2016, p. 139-140).

| 226

No entanto, as agências e, principalmente, o protagonismo da retomada do território foram dos próprios Xokó, que se mobilizaram para lutar contra a família Brito, que desde o século XIX, como já mencionamos, manteve conflitos de terra com os indígenas. Diante de diversas possibilidades, várias foram as estratégias e investidas Xokó para reconquistar o que é de direito, a terra Caiçara, a exemplo de denúncias na imprensa indígena (jornal Mensageiro) e indigenista (jornal Porantim), entre outros periódicos da imprensa alternativa e da grande imprensa, como o Jornal de Sergipe. Nesse sentido, os apoios de aliados foram de suma importância para, a partir do dia 24 de dezembro de 1991, após esse processo e várias tentativas de reivindicação na luta pelo reconhecimento de direitos, Fernando Affonso Collor de Mello, 32.º Presidente do Brasil (1990–1992), assinar a homologação da “demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe”. Assim está expresso no presente decreto:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do artigo 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da área indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe caracterizada como de ocupação tradicional e permanente do grupo indígena Xocó, com superfície de 4.316,7768ha (Quatro mil, trezentos e dezesseis hectares, setenta e sete ares e sessenta e oito centiares) e perímetro de 35.529,93 metros (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove metros e noventa e três centímetros) (BRASIL. Decreto n.º 401, de 24 de dezembro de 1991)¹².

A homologação significou o reconhecimento da nossa identidade e o direito sobre o território ancestral Xokó; no entanto, outro fazendeiro, chamado Jorge de Medeiros Pacheco, advogado com bastante influência no estado de

¹² Salientamos a importância e indicamos a leitura completa do documento: BRASIL. **Decreto n.º 401, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe.** Brasília, 24 de dezembro de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/do401.htm. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

Sergipe, havia comprado a Caiçara da família Brito, mesmo estando o território em luta fundiária. Ainda assim, recebeu, no final do processo com a FUNAI, uma indenização de Cr\$ 1,3 bilhão de cruzeiros e só desocupou o território em 12 de maio de 1993, ou seja, dois anos após a homologação da demarcação administrativa da terra indígena Ilha de São Pedro/Caiçara (cf.: Xokó, 2024b, p. 112). Esse período foi bastante violento; muitas vezes, o meu povo não podia, diante do conflito com o fazendeiro, transitar livremente no próprio território, que nos dá o sustento e o espaço para a realização dos rituais sagrados. Assim, Lindinalva Melo da Silva, conhecida como Naná Xokó, expressou:

A Caiçara, para a gente, representa tudo, representa a vida, representa tudo de bom para a gente; foi onde nós nascemos e nos criamos. Nós vivíamos ali, plantando arroz e pescando. De manhã, as crianças do meu tempo, os pais não se preocupavam em fazer um café, porque a gente já vivia nos pés de oiti e de pipa, nas lagoas; a gente era muito feliz – vivíamos comendo mesmo da natureza¹³.

Explicamos que essa leveza na vida ambiental Xokó ocorreu antes do processo de reivindicação do território, uma vez que, durante a retomada, até o barro para a produção de cerâmica, a pesca nas lagoas e a plantação de arroz, além da abertura de campos de cultivo, foram barrados por aqueles que se autodenominavam proprietários do território. Houve violação dos nossos direitos constitucionais e internacionais em relação ao território indígena, que são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 e por tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989. Esta Convenção “dedica uma especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação” (Convenção n.º 169 da OIT, 2011, p. 9). Nesse contexto,

¹³ XOKÓ, Lindinalva Melo da Silva. **História e Memória da (Re)existência Xokó**. [Entrevista realizada em: 23 de março de 2022]. Entrevistador (a): XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **DOCMIX – Documentos da Memória e Identidade Xokó**. 3º vídeo (15min:11secs.). 23 de março de 2022.

o parente Gírleno Clementino Lima Xokó nos fala um pouco sobre esse tempo de violência.

| 228

[No] período em que estávamos enfrentando os latifundiários, enfrentando os bandidos, os pistoleiros que atiravam na gente por “brincadeira”, aqui nos arredores, quando nós ocupamos aqui a Ilha de São Pedro, foram momentos tensos de muito sofrimento, e a gente, vendo a hora de perdermos os nossos parentes¹⁴.

O relato oral do parente Xokó revela que o direito ao território foi violado muito antes e continuou depois da Constituição Federal de 1988, apesar de o art. 231 expressar claramente que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Além desse artigo, o § 2.º explica que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (Brasil, 2024, p. 202), o que não foi respeitado pelo uso abusivo do território pelo fazendeiro, mesmo sendo indenizado pelo próprio Estado, como salientamos anteriormente. O parente Felipe Tuxá, que é antropólogo, argumentou que “a violência contra povos indígenas não é um fenômeno do passado, tampouco ficou restrita ao terror da colônia, [é ainda do tempo presente]” (Tuxá, 2022, p. 32).

No entanto, mesmo diante desses impasses, o meu povo utilizou-se de estratégias para continuar explorando a terra Xokó. Uma delas foi fazer roça na pequena Ilha e usar as vazantes do rio São Francisco para a plantação de batata-doce, macaxeira, melancia, feijão-de-corda, entre outros. Sobre a fabricação de cerâmica, que no período de luta foi a principal renda, o barro foi retirado do outro lado do rio, em Alagoas. Quando queimadas, eram levadas para as cidades

¹⁴ XOKÓ, Gírleno Clementino Lima. **História e Memória da (Re)existência Xokó**. [Entrevista realizada em: 22 de março de 2022]. Entrevistador (a): XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **DOCMIX – Documentos da Memória e Identidade Xokó**. 1º vídeo (15 min: 2 segs.). 22 de março de 2022.

e povoados próximos, a exemplo de Pão de Açúcar–AL. Assim disse a Xokó Maria Creuza Soares dos Santos: “Eu nasci e me criei fazendo cerâmica; trabalhei muito, mas tenho orgulho hoje. Tenho muito orgulho em saber fazer a cerâmica, pois foi dali que saiu o meu sustento. A nossa mãe criou a gente com oito (8) filhos da cerâmica. A luta não é impedimento para parar; foi e é, para nós, Xokó, espaço de resistência e certeza de se reinventar. Portanto, concordamos em partes com o que disse Euclides da Cunha em *Os Sertões*: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (Cunha, 2013, p. 115). Os indígenas do sertão do semiárido são fortes por serem (re)existentes!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na redação deste artigo, procuramos demonstrar como a História se adaptou às mudanças metodológicas, influenciada pelos conhecimentos acadêmicos e, principalmente, pela luta das “minorias étnicas, políticas e sociais”. Nas pesquisas, a interdisciplinaridade foi usada largamente para pensar uma base teórica que melhor respondesse às questões do passado e do presente. Percebe-se bastante, nas pesquisas recentes de historiadores brasileiros, com maior foco no Nordeste, o uso das ciências humanas em diálogo com a História e a Antropologia (antropologia histórica). Uso que vem ocorrendo com desafio e cuidado desde a década de 1980, com o que conhecemos como “Nova História Indígena”.

A “Nova História Indígena” é um campo de pesquisa aberto para novos olhares. Neste artigo, dialogamos com a História Ambiental, que também considera a interdisciplinaridade para entender as relações humanas com o meio em que habitam. Ela tem buscado compreender, ao longo do tempo, quais são as possibilidades dos seres humanos diante do seu uso desenfreado do planeta Terra (Antropoceno). Para a história indígena, esse campo tem contribuído para

entender as relações socioambientais e o uso da natureza. Responde a como os povos indígenas usam a natureza em seu favor, os espaços territoriais como meio de afirmação de identidade e reivindicação de direitos ancestrais, pois os povos originários são parte da natureza, e a natureza é parte dos indígenas.

Assim, dialogamos largamente com esses campos de conhecimento, entendendo o protagonismo Xokó com a terra Caiçara. Além disso, ficaram claros os modos como os Xokó se utilizaram do espaço do sertão e do semiárido para se reinventar e sobreviver ao longo desse período de luta e (re)existência. Tanto buscando estratégias para lidar com os latifundiários (fazendeiros) que adentravam indevidamente em seus territórios Xokó quanto usando esse espaço territorial/natureza para a sua sobrevivência. O alto sertão do semiárido do Nordeste não é para os “fracos”; os povos indígenas são fortes por não serem “fracos”. Os espaços naturais se renovam a cada chuva e florada, pois, o pau-pereiro balança e não cai, porque o Xokó não é uma folha que seca. É um socó que está em festa a cantar. É luta.

Por último, destacamos o diálogo dos intelectuais indígenas no campo da história. Esses, por sua vez, têm buscado caminhos interdisciplinares para desfazer uma escrita hegemônica e de poder sobre a escrita histórica indígena, buscando alianças para, com a finalidade de obter reconhecimento, ser ouvidos e reivindicar direitos ao se aproximar das demandas dos territórios. Ou seja, a luta do Movimento Indígena Nacional. Em outras palavras: das pautas do presente. Portanto, a História é construída não apenas pelos interesses do passado, mas, sobretudo, pelo presente que é reivindicado.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

| 231 FONTES DIVERSAS

AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO / AGÊNCIA PEIXE VIVO. **Contratação de pessoa jurídica para Execução de Recuperação de Áreas Degradadas no Território Indígena Caiçara e Ilha de São Pedro, Povo Xocó, no Município de Porto da Folha, Sergipe**. Contrato de Gestão n.º 014/2010 - Ato Convocatório n.º 009/2020. Agência de Bacia Hidrográfica. Horizonte–MG, 2020.

BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1832**. Publicador. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1874.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.— Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 401, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe**. Brasília, 24 de dezembro de 1991.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, [1836-1841] 1942.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História Porto da Folha, Sergipe – SE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/porto-da-folha/historico>. Acesso em: 7 de dezembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. - Brasília: OIT, 2011.

FONTES ORAIS

XOKÓ, Girleno Clementino Lima. **História e Memória da (Re)existência Xokó**. [Entrevista realizada em: 22 de março de 2022]. Entrevistador (a): XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **DOCMIX – Documentos da Memória e Identidade Xokó**. 1º vídeo (15 min: 2 segs.). 22 de março de 2022.

XOKÓ, Lindinalva Melo da Silva. **História e Memória da (Re)existência Xokó**. [Entrevista realizada em: 23 de março de 2022]. Entrevistador (a): XOKÓ,



Ivanilson Martins dos Santos. **DOCMIX – Documentos da Memória e Identidade Xokó**. 3º vídeo (15min:11secs.). 23 de março de 2022.

XOKÓ, Maria Creuza Soares dos Santos. **História e Memória da (Re)existência Xokó**. [Entrevista realizada em: 22 de março de 2022]. Entrevistador (a): XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **DOCMIX – Documentos da Memória e Identidade Xokó**. 2º vídeo (09min:44 secs.). 22 de março de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**. Revista Brasileira de História, v. 37, n. 75, p. 17–38, maio 2017.

_____. **Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)**. In: AZEVEDO, Cecília [Orgs... et al]. Cultura política, memória e historiografia. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **História indígena: teorias, fontes e métodos em Perspectiva interdisciplinar**. In: Reis, Tiago Siqueira [Orgs... et al.]. Coleção história do tempo presente: volume 1. — Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ALMEIDA, Eliene Amorim de; MODERCIN, Isabel Fróes (Produção, Revisão e Coordenação de Edição). **Etnomapeamento da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro do Povo Xokó**. Brasília: FUNAI/GATI/ANAI, 2015.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: autonomia, poder e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. 2011. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

ANGELOTTI, Francislene; SÁ Iêdo Bezerra; PETRERE, Vanderlise Giongo. **Mudanças climáticas e o Semiárido brasileiro: o papel da Embrapa Semiárido e suas ações de pesquisa**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985. **Escritos sobre a história**. Tradução: J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Meta. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BALANDIER, Georges. **A situação colonial: abordagem teórica**. Cadernos CERU, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 1, p. 33–58, 2014.

COSTA, João Paulo Peixoto; SILVA, Edson Hely. **Os índios na história e a história ambiental**. HISTÓRIA UNICAP, Recife–PE, Brasil, v. 6, n. 12, p. 210–214, 2019.



CUNHA, Euclides da [1866-1909]. **Os sertões**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

DANTAS, Beatriz Góis. **A antiga missão de São Pedro do Porto da Folha e a recente questão dos Xocó de Sergipe**. In: _____; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos Índios Xokó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1980.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Uma História com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira**. In: BARROS, J. D. (Org.). *A historiografia como fonte histórica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2022. p. 329–360.

DELANTY, Delanty. **Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno**. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, p. 373–388, maio 2018.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Tradução: Luiz Roncari. - Bauru-SP: EDUSC, 1998.

HOSBAWN, Eric. Introdução: **A Invenção das Tradições**. In: HOSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

KAINGANG, Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi. **A história Kaingang através do ritual do Kiki Koj da terra indígena Xapecó/SC**. 2023. 346 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

KAYAPÓ, Edson Machado de Brito. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo**. 2012. 184 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTEIRO, John Manuel Monteiro. **Armas e armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Adauto. (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999.

_____. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC/Mari/ Unesco, 1995c. p. 221-28.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2001.

MOREIRA, Vania Maria Losada. **Na dobra do tempo: escrita indígena e demarcação do racismo e do negacionismo no campo da História.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 25, p. e20230083, 2024.

MURA, Márcia Nunes Maciel. **Tecendo tradições indígenas.** 2016. 821 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. **Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas.** Horizontes Antropológicos, v. 26, n. 58, p. 7–31, set. 2020.

_____. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** In: _____. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PATAXÓ, Diádiney Helena de Almeida. **Nós aqui cura com benzedura e raiz de pau. Experiências de cura a partir da cultura popular brasileira e portuguesa (Século XX).** 2018. 242 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, – Rio de Janeiro, 2018.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Os índios em Sergipe oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras.** Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

SANTOS JUNIOR, Avelar Araujo. **A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. - Salvador, 2016.

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **História e Antropologia: relações teórico-metodológicas, debates sobre os objetos e os usos das fontes de pesquisa.** Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010.

SILVA, Edson Hely. **Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional.** Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, [S. l.], n. 240, p. 117–136, 2017b.

_____. **Índios no semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades.** CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 254-272, Jan-Jun, 2017a.



SILVA, Edson Hely; BENITES, Flávio. **A importância da "nova história indígena" para a compreensão dos protagonismos indígenas na história do Brasil**: RCH. Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 198–215, 2023.

SILVA, Sheyla Farias. **Por entre os sertões de Porto da Folha/Sergipe nos séculos XVII – XIX**. Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 65–98, 2022.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016.

TARAIRIÚ, Juciene Ricarte Cardoso. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão. Século XVIII**. 2005. 269 f.: fig. Tese (Doutorado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2005.

TUXÁ, Felipe Sotto Maior Cruz. **Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio**. 218 f., ill. Tese (Doutorado em Antropologia). - Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

_____. **Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade**. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 61–66, 2023.

TERENA, Wanderley Dias Cardoso. **A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na Aldeia Limão Verde**. 2011. 143 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **Por uma escrita decolonial da história: intelectuais indígenas e práticas de pesquisa no tempo presente**. In.: MACEDO, Michelle Reis de (Org.). Povos indígenas no Brasil republicano: por uma outra narrativa da História. – Curitiba: CRV, 2024a.

XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **História e Memória da (Re)existência Xokó: narrativas decoloniais e os desafios da autoafirmação identitária indígena no tempo presente (1978 – 2022)**. – 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024b.